

# A Autoavaliação Institucional como Processo de Reflexão e Sistematização na UNIJUÍ

Eronita Silva Barcelos<sup>1</sup>

*O passado, indispensável à gênese e ao entendimento do presente, revela-se no interior das relações, processos e estruturas atuais (Marques, 1984, p. 17).*

## Resumo

---

Este artigo apresenta a contribuição resultante de um processo de análise do Relatório da Autoavaliação de uma Instituição Universitária Comunitária, realizada com base nos parâmetros do SINAES/INEP/MEC,<sup>2</sup> desvelando-lhe a dinâmica estabelecida, os processos adotados e os instrumentos eleitos para sua efetivação. A autora enfoca a responsabilidade inerente à Avaliação Institucional e o compromisso ético na condução da mesma, explicitando sua complexidade e suas formas de mobilização e de registro das diferentes ações desenvolvidas na III Fase do percurso avaliativo da universidade, sujeito coletivo desse processo no período planejado para tanto, considerando o papel da CPA e da universidade como um todo.

**Palavras-chave:** Processo avaliativo. Avaliação institucional. Autoavaliação. Sistematização.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação, docente titular da UNIJUÍ. eronitab@unijui.edu.br

<sup>2</sup> Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Educação e Cultura (MEC).

## **INSTITUTIONAL SELF-EVALUATION AS A REFLECTION AND SYSTEMATIZATION PROCESS AT UNIJUÍ**

### **Abstract**

---

This paper presents the result of an analysis of a communitarian university Self-Evaluation Report done on the patterns of the institutions SINAES, INEP and MEC, disclosing the established dynamics, the elected processes and instruments for their effectuation. The author spots the inherent responsibility of Institutional Evaluation and the ethic commitment in its leading and specifies its complexness, mobilization and the register forms of the different actions developed in phase III of the university evaluation, the collective agent of this process in the period provided for this, and considers the paper of the CPA and the university as a whole.

**Keywords:** Evaluation process. Institutional evaluation. Self-evaluation. Systematization.

## O Contexto Universitário Foco da Avaliação Institucional

A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) é uma instituição de ensino superior comunitária com uma história que data de 1957, nascida da aspiração da população regional por educação em níveis que facultassem o acesso, dos que nessa região habitavam, não só aos bancos de uma instituição de ensino superior, mas também a um ensino básico qualificado pela ação de professores capacitados para a especificidade dos diversos níveis de educação escolar.

A UNIJUÍ situa-se, geograficamente, na parte noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sua atuação mais direta nas regiões do Noroeste Colonial, da Fronteira Noroeste e da Região Celeiro. Foi no município de Ijuí que, em 1957, se implanta a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), o embrião do que, em 1985, viria a ser a primeira Universidade Comunitária do Rio Grande Sul, formalmente reconhecida pelas instâncias oficiais competentes. Em 1994, atendendo demandas de sua região de inserção, torna-se uma Universidade Comunitária Regional multicampi. Além de Ijuí, instalam-se Campi em Santa Rosa, Três Passos e Panambi, e um Núcleo Universitário no município de Santo Augusto. Mais tarde surgem os Núcleos Universitários de Tenente Portela e de Campina das Missões.

Conforme Frantz (2006, p. 128),

Na prática da organização e do funcionamento do ensino superior brasileiro constata-se a existência e a construção de um novo modelo de universidade. Trata-se de algo novo e ainda não muito conhecido, no contexto da sociedade brasileira. Pode-se afirmar que é algo novo em construção, no espaço da ampliação da esfera pública. (...) Nasceu como expressão de vozes e vontades que querem se fazer ouvir e participar da construção de um espaço de educação, socialmente mais amplo e democrático. A organização de espaços comunitários, na área da educação, também não deve ser entendida como uma iniciativa de privatização do espaço da educação, mas como um esforço por novos e ampliados espaços públicos de educação.

É importante destacar que as universidades comunitárias e regionais resultam da mobilização e do esforço das comunidades para viabilizarem, elas mesmas, algumas condições de melhoria social, tais como: acesso à educação formal, à saúde, ao lazer e outras, uma vez que o Estado tarda em provê-las por meio de políticas públicas que favoreçam as populações que vivem longe dos grandes centros sociais.

A construção de uma universidade comunitária, fundante de uma *natureza pública não-estatal*, deve constituir-se, em si mesmo, num processo pedagógico de aprendizagem e de conhecimento, de qualificação de fatores condicionantes do desenvolvimento da *comunidade* que a insere. Deve constituir-se em um processo de democratização das relações e oportunidades sociais (Frantz, 2002, p. 96, grifo do autor).

## Os Contornos da Responsabilidade no Processo Avaliativo

A UNIJUÍ tem construído a compreensão de que a Avaliação Institucional pode constituir-se em pilar norteador do seu modo de atuar e se fazer universidade, ao lado de outros, tais como: Plano de Desenvolvimento Institucional, Planejamentos Plurianuais e Setoriais, Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação e Pós-Graduação, Diretrizes Orçamentárias, Diretrizes Institucionais de Ensino e as diversas políticas de organização e condução do pessoal e dos processos de trabalho. Tal postura significa não se tratar apenas de propor e desenvolver um projeto de avaliação institucional, mas, “antes de uma Instituição que se avalia, uma Instituição que deseja se avaliar” e que tem, nesse processo, uma das formas de aprender com sua própria história. Isso lhe concede elementos constitutivos da concepção de universidade que se produz neste contexto específico da região noroeste do Estado (UNIJUÍ, 1999).

A cada nova etapa ou fase desse processo, a autoavaliação se apresenta como compromisso basilar e prioritário da universidade, como possibilidade de qualificação de seu projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, de seu compromisso social. É a si mesma que se diz, que revisa e que argumenta,

não havendo, pois, “escapes” e situações evasivas, sem que a si mesma enfraqueça. O compromisso ético de ser na sociedade, instaura-se nessa visão que obtém de si e da disposição em tornar-se constantemente transparente, responsável, agudamente crítica de suas ações.

Belloni (1996) alerta que,

A atividade acadêmica de investigar e disseminar conhecimento, cultura, tecnologia e reflexão, é um processo. Por isso, a avaliação não pode ser um instantâneo, uma fotografia da realidade em um dado momento. Ela é, também, um processo através do qual o autoconhecimento aprofunda-se, indo às raízes dos fenômenos e situações, alcançando a compreensão contextualizada e enraizada daquilo que está sendo avaliado. (...) Por isso, as próprias mudanças resultantes, tornam-se, por sua vez, também objeto de avaliação (p. 8-9).

A autoavaliação atenta, pois, para a articulação e inter-relação dos processos internos referidos também às demandas externas, e revitaliza a avaliação como processo intrínseco ao fazer universitário.

Ciente, portanto, da responsabilidade inerente a essa dimensão dos processos próprios da universidade, vi-me intensamente envolvida nela e por ela, ao receber o honroso convite, formulado pela Comissão Própria de Avaliação da UNIJUÍ (CPA) para, na qualidade de Consultora Externa dessa Comissão, proceder a análise e o parecer sobre o que resultou da III Fase da Avaliação Institucional, desencadeada a partir do segundo semestre de 2004 e que se estendeu até o final do primeiro semestre de 2006.

Dessa ousadia em aceitar a tarefa, deparei-me com o privilégio da leitura extensiva e atenta das 290 páginas que constituem os três volumes do Relatório a mim repassados (1ª versão). Conhecendo, nos termos da Lei n. 10.861/2004 (que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES), as atribuições de Comissão dessa natureza – a CPA – e a complexidade de que se reveste a realização de avaliações, em especial na especificidade requerida da autoavaliação e a exigência de registros adequados, colhidos pela reflexão sistematizada e da organização da sistematização reflexiva, cabe expressar a consciência da, também, complexa atividade que se constituiu o processo de análise.

Para além dessas dimensões da responsabilidade que me foi delegada, estava a realidade do objeto da avaliação, ou seja, a UNIJUÍ, uma universidade inquieta, com história de construção pelos seus instituintes em clima organizacional de democracia, com efetiva participação e respeito à diversidade. Inclui-se nessa esteira de produção coletiva, também, os processos, sempre fundamentados pela filosofia que sustenta a proposta da atuação da instituição, que, pelo Projeto de Autoavaliação – III Fase, à semelhança das fases anteriores, mantém princípios como algo a ser fortalecido.

A história da avaliação institucional da Unijuí evidencia o compromisso de uma prática de reflexão e de sistematização da atuação universitária em suas diferentes dimensões sustentada no princípio democrático, do diálogo e da interação no âmbito da comunidade universitária e da comunidade regional. (...) e pelos princípios da continuidade e da participação (UNIJUÍ, 2006, p. 245).

O caráter de Universidade Comunitária com percurso de inserção na região, ouvindo e mobilizando sujeitos individuais e coletivos, importa atender, como algo constante, a presença da comunidade externa em seus processos. Isso estabelece requerimentos de adequada e consequente relação entre os envolvidos, muito especialmente em se tratando de avaliação do papel e dos serviços próprios de uma universidade, com compromisso social de promover qualidade pelas suas ações.

A firmeza e presença constantes dos membros integrantes da CPA no cumprimento rigoroso de suas atribuições, desde o instante de sua nomeação, foram mais um elemento de reforço à percepção de que a responsabilidade de Consultoria Externa que me cabia realizar, necessitava de um cuidado muito especial e que “*o friozinho na barriga*” não deixou de se revelar à medida que adentrava na leitura dos textos do Relatório.

Muitas indagações foram construindo o campo da organização do Parecer a ser emitido: será possível expressar o resultado da análise em um texto enxuto e esclarecedor ou indicador de aspectos capazes de nortear um novo processo de autoavaliação? E a Comissão Externa terá neste PARECER um

subsídio que qualifique o Trabalho da CPA e, especialmente, o entenda como consequente para certificar a qualidade acadêmica, a excelência (em construção permanente) das atividades-fins, a competência técnica e pedagógica das atividades-meio e a responsabilidade social da UNIJUÍ? A CPA encontrará indicadores para uma releitura do projeto e de sua execução expressos nas informações, dados e leituras dos diversos sujeitos participantes do processo instaurado?

Essas são as questões que me pareceram importantes estarem transversalmente postas na análise, embora inúmeras outras fossem brotando da leitura, da associação com dados da experiência de outros momentos de autoavaliação institucional ou da subjetividade desejante de estabelecer outros debates e/ou explicitações. Tal é a riqueza oferecida por Relatório dessa natureza, elaborado com base nas ações avaliativas, realizadas nesse período de um ano e dez meses, sobre a atuação no ensino, na pesquisa, na extensão e na prestação de serviços alicerçados em um processo de gestão e de aprendizagem organizacional da e na UNIJUÍ.

Cumpre, ainda, destacar os critérios propostos pela CPA da UNIJUÍ para análise do Relatório de Autoavaliação (Of. n. 11/06 – CPA): “verificar a coerência interna do Relatório e a relação com a nossa realidade institucional”.

Este artigo, com certeza, não esgotará as possibilidades de interpretação do conteúdo do Relatório que foi analisado, mas põe à disposição da crítica, em campo de audiência mais amplo, o que a consultoria produziu e expressou em seu parecer.

## **O Relatório: sua estrutura, seu conteúdo – uma análise possível**

O Relatório de Autoavaliação da UNIJUÍ – III Fase está estruturado em três partes, denominadas e significadas pelos respectivos conteúdos que a seguir se explicita sob a forma de análise.

## **a) 1ª PARTE – O Ensino Superior na Região Noroeste do Estado do RS**

Nessa primeira parte a Comissão apresenta o Relatório e explicita, sob forma de análise crítica, o processo percorrido pela UNIJUÍ no afã de instituir, pela avaliação, a base para seu fazer, materializado nos planejamentos que propôs desde a sua constituição como instituição de ensino superior. Um olhar mais aprofundado foi direcionado aos documentos que registram duas fases da Avaliação Institucional, realizadas desde 1994 (embora a prática da autoavaliação já estivesse presente na instituição em toda sua história). Coerente com a preocupação em constituir sentido e consequência aos estudos/investigação sobre a autoavaliação institucional, a CPA teve o cuidado de contextualizar a universidade na região em que escolheu para se constituir em estreita relação com a realidade que a acolheu e a desafia há quase 50 anos. Completando esse primeiro conjunto de referências, há a história interpretada da constituição do ensino superior na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na qual a UNIJUÍ foi a ousadia primeira.

Essa Parte constitui-se de referenciais de extrema importância para o entendimento dos fundamentos, das razões e das buscas, presentes ao longo da história dos processos, de como se pode fazer universidade em realidades diferenciadas e necessitadas de percepção esclarecida, de sua identidade no contexto do território e do projeto do Estado Brasileiro, nas suas diversas esferas: política, social, educacional, econômica e, em especial, de garantia de direitos de seus cidadãos.

A leitura, portanto, dos textos que integram essa 1ª Parte permite, aos que a ela tiverem acesso, construir a compreensão da caracterização da UNIJUÍ, universidade comunitária, no âmbito de seus processos internos de constituição, tendo, no caso, como vetor, o processo de avaliação no contexto da região na qual se insere, bem como do sentido de seu papel como instituição de ensino superior.

## Segundo Walter Frantz,

...o espaço da universidade é um espaço real de convicções, de relações sociais, abrigado em mentes, em políticas e trabalho, em prédios e laboratórios. É um espaço por onde a sociedade constrói e reconstrói os sentidos da vida, a sua capacidade de entender-se e fazer-se pela educação e pelo poder. E, ao fazê-lo, voltado para a comunidade, conquista e constrói os seus espaços públicos que se legitimam na prática da democracia (2002, p. 96).

O norte das ações desenvolvidas pela CPA nesse processo avaliativo na UNIJUÍ está expresso nos objetivos propostos e abaixo explicitados

- a sensibilização da comunidade universitária em todas as suas instâncias e suas atividades, com o propósito de fomento à cultura da autoavaliação;
- a reflexão sobre a história institucional, alicerçada em sua missão e em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), na perspectiva de estabelecer, como nos ensina Matus (1997), “*uma mediação entre o futuro e o presente*” coerente com o processo em movimento nessa Universidade, desde a sua constituição e referido agora às propostas do SINAES/INEP/MEC, baseando-se, também, *na necessidade da aprendizagem da prática como mediação entre o passado e o futuro* (p. 25, 28);
- a objetivação de condições para a emergência de uma linha de pesquisa institucional, cujo objeto seja a avaliação, qualificando os processos em andamento, muito especialmente a dimensão da autoavaliação.

É possível afirmar, ainda, que a viabilidade de demonstração do critério proposto pela CPA para a análise do Relatório resultante do conjunto de ações por ela coordenado, expresso como a “relação com nossa realidade interna”, encontra-se sobejamente alicerçada nesta primeira parte do Relatório.

E é importante que assim seja, como alerta Beloni,

A avaliação, para cumprir seu papel de estratégia de aperfeiçoamento institucional, (...) tem, necessariamente, de ser *tecnicamente competente e politicamente legítima*... A qualidade técnica e a legitimidade política do processo avaliativo são fundamentais para que os seus resultados possam ser transformados em ações efetivamente relevantes e transformadoras (1996, p. 9, grifo do autor).

b) 2ª PARTE – Avaliação Interna:  
um processo cíclico, criativo e renovador.

Essa segunda Parte é apresentada em duas grandes tematizações, a saber: a história da autoavaliação na UNIJUÍ e as dimensões da avaliação institucional.

A primeira tematização cumpre objetivo fundamental. Coerente com a concepção de avaliação institucional como reflexão e sistematização, faz recorrência à história desenvolvida nos anos anteriores a 2004, pelos projetos de avaliação efetivados, em especial com foco na autoavaliação da instituição – campo da ação. O valor pedagógico dessa recorrência contextualizada faz sentido na relação que os membros da comunidade universitária podem estabelecer entre concepções, rumos e construção de significados, em especial na definição de políticas institucionais.

Cumpra a CPA com essa qualificada recorrência analítica, pela sua ação permanente de mobilização, publicização e execução de planos de atividades avaliativas para e pela Universidade, o que Schön (2000, p. 60) discute como sendo caminho para dar conta da complexidade dos papéis sociais no mundo contemporâneo, mormente àqueles de caráter pedagógico, reconhecidos *como processos necessários à reflexão-na-ação*, que propiciam a descoberta de que as situações podem responder a uma nova ideia gerando um sistema de implicações para outras ações. Assim ocorre uma *conversação reflexiva com a situação*.

Ou, como nos ensinou nosso educador Paulo Freire, em reiteradas falas e escritos, que a educação se processa no rigor revitalizador da *ação-reflexão-ação*.

É importante destacar, também, o caráter de pesquisa dado à III Fase da Avaliação, uma vez que o Relatório não apresenta simplesmente a síntese das leituras realizadas na coletânea de documentos, mas evidencia a seleção das informações consideradas relevantes para os objetivos buscados, fazendo a indicação de onde é possível aprofundar esse estudo ou delinear um objeto para um outro projeto de pesquisa.

A segunda tematização acolhe as dez dimensões propostas pelo SINAES como orientação para a Autoavaliação Institucional, considerada como a III Fase do processo.

Da análise da explicitação dessas dimensões, constata-se que:

- o Relatório confirma a coerência com o projeto de autoavaliação desenhado e aprovado na universidade;
- a CPA pautou sua atuação, ativando todas as instâncias, todos os setores e o conjunto dos sujeitos ocupantes de lugares diversos na estrutura institucional para organizar planos, roteiros, calendário e processos, sempre respeitando o grau de compreensão, as necessidades de cada caso e o tempo de cada sujeito ou coletivo de sujeitos;
- a orientação, seguida pela CPA, reconhece que os atores sociais fazem a seleção de variáveis que lhes parecem relevantes, segundo sua visão da realidade em momento de problematização e análise.

Isso é o que o Relatório revela nas cem páginas em que sistematiza o conteúdo de documentos oficiais, depoimentos, memoriais descritivos, dados organizados de questionários aplicados, relatos de reuniões e de assembleias, recorrências às diversas políticas institucionais, diálogos da CPA com integrantes de instâncias e setores institucionais.

Esses são procedimentos que buscam “o saber”, “o dizer”, “o fazer”, “o não saber”, “o não dizer” e “o não fazer” sobre as atividades fins, seus programas, seus projetos, seus processos, seus instrumentos e o lugar dos sujeitos desses saberes, dizeres e fazeres no espaço universitário ou no espaço da comunidade regional.

Segundo Leite,

...entende-se que a avaliação torna-se instrumento *de democratização* quando pensada e executada como projeto coletivo que torne socialmente visível as ações de ensino, pesquisa e extensão da universidade relacionadas as suas formas de gestão e infra-estruturais existentes (1996, p. 33, grifo do autor).

A opção de apresentar o resultado das produções de cada departamento e/ou setor e não só a sistematização dos mesmos foi, na minha avaliação, sábia, pois, ao examiná-los sob as duas formas de expressão, percebe-se que a problematização que emerge no âmbito dessas produções específicas, possibilita perspectivar caminhos interativos para a validação das especificidades vislumbradas pelas diversas unidades institucionais articuladas pela CPA em seu quadro de sistematização.

Para alguns leitores poderá parecer demasiado extenso e repetitivo este procedimento de relato. Cabe atentar, porém, para a importância dos dizeres e fazeres contextualizados e expressos em dadas condições/circunstâncias e dado tempo. São vieses difíceis de serem mantidos na sistematização. Associando as duas formas de apresentação, os resultados podem ser significados e ressignificados por novas leituras e em novas práticas.

Essa 2ª Parte do Relatório, portanto, permite um transitar pelo fazer universitário, na ótica dos que o produzem, de forma dinâmica e viva, ao ponto de se perceber como em um passeio por todos os âmbitos focados e estruturantes da vida acadêmica, bem como da Fundação Mantenedora (FIDENE).

Foi inovadora a forma de organização e sistematização das diversas dimensões, objeto da autoavaliação. A Comissão construiu uma inteligente rede de focos, partindo da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional como o núcleo central, dentro do qual se articulam as políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de sua gestão, chamando a análise dos procedimentos, regulamentações, instrumentos e condições para a efetividade da responsabilidade social da universidade, considerando as demandas da sociedade contemporânea, sem perder a identidade e a especificidade do “ser universidade”.

Complementando essa análise, explicitam-se os modos de ver e agir na comunicação, suas principais ferramentas e o alcance dos objetivos, no que diz respeito às diversas “audiências” que precisam ser atendidas pela universidade e sua mantenedora.

Ainda, configurando a administração, o apoio e a viabilização do funcionamento dessa rede de processos institucionais, desvelam-se as políticas de pessoal, a organização e gestão da instituição em sua complexa dinâmica de se constituir democrática, não só na forma de representatividade, mas de envolvimento de todos que a integram. Dá visibilidade às dificuldades e aos desafios que situações de crise propiciam, com a cultura organizacional em pleno processo de mudança; com os diversos níveis na estrutura de poder e a presença dos efeitos do movimento do micropoder, próprio dos grupamentos humanos, mesmo em condições de liberdade de expressão.

Corroborando Sobrinho (1996, p. 16),

Por isso, devem ser tomadas como importantes as distintas perspectivas e as múltiplas dimensões de uma instituição, a diversidade de interesses dos grupos, que constroem sua cotidianidade, sua história, seus compromissos, suas condições e condicionamentos circunstanciais.

A política de apoio e atendimento aos estudantes e egressos recebeu atenção da CPA como elemento importante na autoavaliação institucional. Isso revela a consciência de que a qualidade da ação universitária resulta da consideração de projetos de formação, desde o acesso dos sujeitos ao ensino superior até as possibilidades de sua interação com o mundo do trabalho, visando a uma “educação profissional” que combine “o ensino da ciência aplicada com a instrução, no *talento artístico do conhecer-na-ação*” (Schön, 2000, p. 29).

Reconhecendo que qualidade também requer condições de infraestrutura e de serviços especializados para os fins da instituição, elas são trazidas à consideração da avaliação pelos diversos sujeitos, conforme os programas a que se vinculam ou as atribuições que lhes cabem desempenhar.

Todos esses aspectos constituem o todo da universidade que, para atuar orgânica e conseqüentemente, carece de planejamento precedido e vitalizado pela avaliação. O processo desencadeado pela CPA tratou dessa relação planejamento-avaliação, abordando seus processos e resultados, e de como esses se traduzem no aperfeiçoamento da vida institucional e na eficiência social de sua presença, em especial na região.

Na UNIJUÍ, a Avaliação Institucional vem gradativamente tornando-se processo intrínseco do fazer universitário, enquanto consciência da importância e da necessidade da mesma para o adequado trato do Planejamento de Desenvolvimento Institucional, configurando políticas e diretrizes orientadoras da atuação institucional (Barcelos, 2000, p. 36).

A leitura dessa parte do Relatório (UNIJUÍ, 2006, p. 29-123) oferece a possibilidade de se ampliar o conhecimento que se tem da instituição, encadeando cada dimensão avaliada com as anteriores e já projetando para a seguinte a ser descrita/analizada. É um contínuo de interseções, revelador de que o processo autoavaliativo é de caráter formativo e mediador de novos eventos pedagógicos no decorrer de sua realização. Logo, confirma-se a premissa de que *“a avaliação interna é um processo cíclico, criativo e renovador”*, como definiu a Comissão Própria de Avaliação da UNIJUÍ, no texto do Projeto e do Relatório de Autoavaliação, e em variadas oportunidades de interlocução com a comunidade universitária e, de forma eloquente, na prática exercitada na coordenação desse processo.

### c) 3ª PARTE – Leitura dos Vários Olhares

Compondo esta parte do Relatório, a CPA apresenta um conjunto de textos de várias naturezas e que comprovam a diversidade de ações desenvolvidas sob a coordenação da mesma, com o intuito de promover extensividade e intensividade ao processo de autoavaliação e seus resultados.

Percebe-se que buscou abranger o mais amplamente possível a dinâmica institucional em suas potencialidades, dificuldades e debilidades. A metodologia para a autoavaliação, delineada no projeto de autoavaliação, constrói-se no processo. É o que a análise desta parte do Relatório demonstra com muita ênfase, ao considerar todos os procedimentos, todas as expressões individuais ou coletivas, toda a diversidade de entendimentos a partir das motivações e orientações propostas pela CPA ou solicitadas e sugeridas nos vários lugares “visitados”, “instigados” ou instigantes.

A oportunidade de leitura e análise dos registros desse setor do relatório, associadas, em especial, com a 2ª Parte do Relatório, é de uma riqueza ímpar. Quando se pensa ter esgotado determinada tematização, descobre-se

que há outros ângulos a serem analisados e compreendidos. Paradoxos, tensões, congruências e contingências da atuação institucional, ou do próprio processo avaliativo, ou ainda das relações e interações entre as pessoas, desvelam-se e desafiam a outras perguntas e a outras posturas, ainda não focadas, ante a realidade presente, no relato analítico produzido pela instituição e organizado pela CPA.

Isto foi possível pela democratização do processo avaliativo em seus diversos momentos, no respeito à diversidade metodológica do autoavaliar-se do todo da universidade, na persistente postura de constituir transparência, que têm caracterizado a UNIJUÍ historicamente e no compromisso com a qualidade, e no fortalecimento do sentimento de pertença de cada um ao projeto que anima essa instituição comunitária. Isso é perceptível nos mais variados modos de expressão que conformam esse Relatório.

#### d) ANEXOS

Como última peça do Relatório Final de Autoavaliação há um conjunto de documentos anexos que legitimam o conteúdo e a forma da proposta avaliativa, bem como a presença e o lugar da CPA no SINAES e na UNIJUÍ, comprovando aspectos da metodologia desenvolvida para a tarefa atribuída à CPA e à universidade. Sendo a “última peça”, torna-se, no entanto, a primeira a ser examinada, por conter instrumentos fundamentais para o entendimento do processo desenvolvido e das razões estruturais e procedimentais do Relatório.

Documentos regulatórios da CPA e o Projeto de Autoavaliação – III Fase (registrado em suas 26 páginas) estão incluídos nesses Anexos (UNIJUÍ, 2006, p. 244-259), explicitando desde a concepção de avaliação institucional até as estratégias iniciais de mobilização e de comunicação interna e externa, de execução e de acompanhamento do projeto da autoavaliação; dos instrumentos de viabilização no tempo requerido, de participações em eventos locais, regionais, estaduais e nacionais com foco na temática da avaliação, de possibilidades de produções de textos de variadas naturezas, de formação de

grupos de pesquisa, de indicação bibliográfica e de sugestões de roteiros de discussão, registro e análise das atividades em avaliação nas e pelas diversas unidades acadêmico-administrativas e de apoio, além de instrumentos de pesquisa de opinião, aplicados à comunidade externa.

Integra, ainda, o conjunto de Anexos, o Dossiê das Atividades da CPA referente ao período de agosto de 2004 a junho de 2006 (um ano e dez meses).

## **Algumas Conclusões Pertinentes ao Processo Desenvolvido**

Da análise, que procurou atentar para o mérito e a coerência do processo instaurado e coordenado autonomamente pela CPA, percebe-se que a observância dos princípios orientadores da prática da autoavaliação institucional pode qualificar informações, espaços institucionais, lugares sociais dos sujeitos da ação institucional, processos (desde o mais simples até o mais complexo), os instrumentos utilizados para organização e aferição de dados, informações, concepções e indicadores.

A avaliação, para tornar-se institucional, será tomada em sua globalidade, ou seja, avaliação “*do todo pelo todo*”. Constituiu-se, assim, a avaliação em percurso de reflexão e sistematização, uma vez que propõe um repensar com o requerimento de reconstrução teórico-prática do fazer institucional, desafiando a superação de entendimentos e o estabelecimento de bases para formulações novas. Testemunha, na prática, que, se tornando institucional, a avaliação pode superar a cultura de um fazer pontual, setorial e descontínuo, revelando, com isso, que há na UNIJUÍ, em curso, uma cultura de avaliação muito próxima do desejável; a cultura de um processo avaliativo global vinculado com o planejamento como possibilidade de desenvolvimento institucional qualificado.

A Avaliação institucional tem uma grande força instrumental e uma considerável densidade política. Ainda que também seja uma questão técnica, muito mais importantes são a sua ação e seu significado políticos. (...) É um campo

de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece, ainda que nem sempre se declare, a força da avaliação institucional como ação de grande impacto na transformação da universidade, esta entendida (...) como o local privilegiado, legitimado e o mais competente para a formação humana... (Sobrinho, 1996, p. 15).

Há que se reconhecer que houve um consequente esforço na construção de visibilidade do processo avaliativo, bem como das muitas vozes, fazeres e níveis de compreensão em relação à instituição de que se está tratando. Nesse sentido, a CPA contextualizou e tematizou, com muita propriedade, a complexidade, por um lado, da realidade da instituição que se autoavalia e, por outro, a singularidade de uma universidade comunitária situada em uma região com dificuldades de se projetar no contexto mais amplo, porém com potencialidades históricas de superação pela via do associativismo e da postura da “não espera” por outro que resolva seus problemas.

Quanto ao Relatório, que resultou desse percurso de autoconhecimento institucional, cabe salientar que se apresenta com coerência interna, atendendo às dimensões que se constituíram conteúdo da avaliação, movimentando-se entre a tematização de intencionalidades expressas em objetivos, diretrizes, políticas e/ou metas, fazendo incursões teóricas e investigativas nas práticas de gestão, no sentido do exercício da liderança e do poder administrativo-pedagógico (político) interno e nas relações com a sociedade.

A reafirmação dessa coerência se revela no caráter de pesquisa que demarcou todo o processo de autoavaliação descrito no Relatório, uma vez que esta era a proposta e a vontade da comunidade acadêmica: produzir conhecimento, aproximar saberes e quadros conceituais sobre o perfil de universidade que se quer, sobre o modo de construí-la e sobre os bônus e ônus dessa construção. Balisa essa constatação a maneira articulada e interpretativa como foram organizados o fluxo da ação reflexiva sobre as práticas individuais e coletivas e o conjunto de produções, informações e dados sobre a atuação institucional.

Uma conclusão que me permito afirmar merecedora do *status* de “*recomenda-se a socialização mais ampla possível*”, é a de que Relatórios com tal *performance* são produções que, se conhecidas, podem integrar uma rede de

pesquisadores e de audiências implicados com a dinâmica dos processos educativos e investigativos, sem muita demora, para que os muitos temas ou problemas de pesquisa que foram sendo pontuados possam servir de motivação para outras pesquisas, e, principalmente, para que não se perca a atualidade dos olhares no dimensionamento dos avanços necessários e percebidos. Dessa forma, produz-se o retorno aos segmentos da comunidade interna e externa da análise dos resultados de sua contribuição/imersão na autoavaliação.

O desafio de analisar e produzir parecer sobre o Relatório de autoavaliação, produzido pela CPA/UNIJUÍ, que me foi proposto, e o privilégio dessa tarefa têm, sobretudo, o sentido da satisfação de ter sido posta de frente a esse documento de construção coletiva. Gostei de cumpri-los – desafio e privilégio – porque permitiram que eu resgatasse imagens, percursos e fazeres (agora melhor entendidos), além de fortalecer a crença no valor da persistência em apostar no futuro da UNIJUÍ.

## Referências

BARCELOS, Eronita Silva. A avaliação institucional: um processo de reflexão e sistematização para o aperfeiçoamento da atuação universitária. *Revista Avaliação*, Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, São Paulo: Unicamp, v. 5, n. 4, p. 33-37, dez. 2000.

BELLONI, Isaura. A universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. *Revista Avaliação*, Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, São Paulo: Unicamp, v. 1, n. 2, p. 8-9, dez. 1996.

FRANTZ, Walter. *O processo de construção de um novo modelo de universidade: a universidade comunitária, modelos institucionais de educação superior*: Brasília, 13 e 14 de out. 2005. Org. Dilvo Ristoff e Palmira Sevegnani. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 7)

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir. *As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 96 (Coleção Ciências Sociais).

LEITE, Denise. A avaliação em prática. *Revista Avaliação*, Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, São Paulo: Unicamp, v. 1, n.1, p. 33, jul.1996.

MARQUES, Mario O. *Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983*. Ijuí: FIDENE, 1984.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente, governantes, governados*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

UNIJUÍ. *Projeto de Avaliação Institucional, II Fase*. Ijuí/RS, 1999.

\_\_\_\_\_; CPA. *Relatório final de autoavaliação institucional da UNIJUÍ, 2006*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006. 296 p.

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. *Revista Avaliação*, Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, São Paulo: UNICAMP, v. 1, n. 1, p. 15-16, jul. 1996.

Recebido em: 22/5/2008

Aceito em: 23/11/2008

